



Falta de acordo adia votação do Orçamento

Sessão conjunta do Senado e da Câmara em que ocorreria a votação, ontem, foi cancelada devido à falta de acordo em reunião de líderes. Partidos querem antes decidir sobre análise de mais de 3 mil vetos presidenciais

Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves e Renan (C) tentam acordo em reunião de líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu cancelar a sessão conjunta em que senadores e deputados votariam ontem o Orçamento da União para 2013 e vetos presidenciais, como os feitos parcialmente à Lei dos Royalties. A razão foi a falta de entendimento em reunião de líderes partidários realizada antes e a perspectiva de quórum insuficiente.

O Orçamento de 2013 deveria ter sido votado ano passado, após aprovação do projeto em comissão mista. Próxima sessão conjunta do Congresso só deve ser convocada após o Carnaval. **3**

Veículos de comunicação da Casa terão ombudsman

Ocupante do novo cargo, com mandato de dois anos, verificará a qualidade do trabalho jornalístico da TV, da Rádio, da Agência e do **Jornal do Senado** e receberá críticas e sugestões da população. **2**

Ao avaliar período como 1º secretário do Senado, Cícero cita avanços de gestão **2**

Para recuperar respeito, diz Viana, Congresso deve votar reforma política **4**

Aloysio e Casildo avaliam queda de lucro da Petrobras **4**

Davim e Valadares chamam a atenção para seca no Nordeste **4**

Figueiró assume assento no Senado e promete senso crítico **2**

Senadores do RS querem leis rigorosas para eventos com grande público **4**



Prefeitura de Guarapuava

Bombeiro fiscaliza casa noturna em Guarapuava (PR): parlamentares pedem mais segurança

Quem são os **senadores do Brasil?**
Como me informo sobre eles?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR-Code acima ou www.senado.leg.br
- 2 No menu superior, clique em **Senadores** e selecione um nome
- 3 Navegue na coluna **Consulte para este senador**



Portal Senadores é Senado Transparente

No Portal Senadores, você encontra informações sobre mandato, votações, atuação em comissões, proposições, pronunciamentos e verba indenizatória, além de dados para contato de cada senador.



Lia de Paula/Agência Senado



Senador concede entrevista à TV Senado: ombudsman garante ainda maior interação da Casa com a sociedade

Ombudsman avaliará meios de comunicação do Senado

Ocupante do novo cargo analisará se TV, rádio, agência e jornal da Casa estão fazendo uma cobertura jornalística de qualidade das atividades legislativas e responderá reclamações e sugestões dos cidadãos

O SENADO CRIOU o cargo de ombudsman, que ficará responsável por fazer uma avaliação diária sobre a cobertura jornalística dos veículos da Casa e por receber e responder críticas, dúvidas, elogios e sugestões da sociedade. O servidor que for indicado exercerá a função por até dois anos.

Ombudsman é uma palavra sueca que quer dizer representante do povo e é usada em diversos países para designar o cargo de ouvidor-geral de governos, instituições e empresas.

No jornalismo, o ombudsman é o responsável por fazer uma crítica interna das publicações e dos noticiários e por

receber, avaliar e encaminhar as reclamações e sugestões da sociedade.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, disse que a criação do cargo de ombudsman tem objetivo de melhorar a qualidade da informação oferecida aos leitores, ouvintes e telespectadores dos veículos de comunicação da Casa e aperfeiçoar o trabalho da TV, da Rádio, da Agência e do **Jornal do Senado**:

— É uma forma de o cidadão fazer valer os seus direitos, protestar, reclamar, dar sugestões.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que é jornalista, disse que a

medida vai garantir o equilíbrio e a imparcialidade no noticiário do Senado.

— A instituição tem a obrigação de abordar todos os temas de maneira equilibrada. Não se pode imaginar que fique a serviço de um ou outro grupo dentro do Senado. Deve dar cobertura igualitária a todos os parlamentares — disse.

A Secretaria Especial de Comunicação Social divulgará como a população poderá se manifestar, por e-mail, telefone e redes sociais. O ombudsman terá 24 horas para responder as questões, apresentar soluções ou informar o encaminhamento das demandas.

Cícero faz balanço positivo de sua atuação na 1ª Secretaria

Waldemir Barreto/Agência Senado



Nos últimos dois anos, o Senado economizou em diversas áreas, como resultado da melhora na gestão, afirmou Cícero Lucena (PSDB-PB), num balanço de sua atuação como primeiro-secretário. Ele citou medidas

adotadas no plano de saúde dos servidores, na gestão da frota de veículos que servem aos senadores e no pagamento de horas extras.

— Conseguimos poupar R\$ 35 milhões em pagamento com horas extras e economizar gastos telefônicos em 59% com a renegociação dos contratos. Uma bem-sucedida nova política de gestão de frota da Casa converteu-se em uma economia de 69% do consumo do combustível e de 28% nos contratos de locação de veículo, bem como a adoção de veículos bicompostíveis.

Figueiró diz que trabalhará no Senado com senso crítico



Empossado no recesso parlamentar, o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) prometeu atuar no Senado em defesa dos interesses do país e de seu estado, Mato Grosso do Sul.

Ele assumiu a vaga de Antonio Russo (PR-MS), que se licenciou para tratamento de saúde.

Figueiró disse que conduzirá o trabalho com “independência e senso crítico”, sem fazer oposição por oposição nem aceitar o que considera errado ou contrário aos interesses nacionais.

— Discursar nesta tribuna parece um sonho que se concretiza — afirmou.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), Figueiró “sempre orgulhou Mato Grosso do Sul em sua trajetória política”.

Para Collor, procurador-geral da República é “chantagista, ímprobo e praticante de ilícitos”

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a atacar a atuação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O senador chamou Gurgel de “chantagista, ímprobo e praticante de ilícitos ad-



José Cruz/Agência Senado

ministrativos e de crime de responsabilidade”. Segundo Collor, o processo de crise e conflitos entre os Poderes da República está vinculado à conduta de

agentes como Gurgel. Collor afirmou que, além de atitudes criminosas, o procurador-geral agora vem querendo interferir nos outros Poderes.

O senador disse que Gurgel trabalha contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que limita a competência para a investigação criminal às Polícias Federal e civis, excluindo o Ministério Público.

Vanessa lembra 10 anos da chegada do PT e dos partidos aliados ao governo federal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou em discurso que a chegada do PT e dos demais partidos coligados ao Palácio do Planalto completou dez anos. Em 2003, o ex-sindicalista do PT Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência pela primeira vez, com apoio do PL, PMN, PCdoB, PSB e PDT.

— De lá para cá, o Brasil tem mudado radicalmente, prin-



Waldemir Barreto/Agência Senado

cipalmente porque o novo governo fundamentou sua política no Estado como indutor do desenvolvimento econômico e priorizou as políticas sociais.

Além do crescimento econômico e da ênfase social, declarou Vanessa, os dois mandatos de Lula e a atual gestão de Dilma Rousseff aperfeiçoaram as relações externas brasileiras, ampliando o número de parceiros comerciais.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A Medida Provisória 585/12, que libera R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios, tranca a pauta do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Próxima sessão conjunta do Senado e da Câmara só deve ser convocada após o Carnaval. A de ontem foi cancelada porque não houve consenso em reunião de líderes partidários

Impasse adia votação do Orçamento 2013

FOI CANCELADA A sessão conjunta de ontem que deveria votar o Orçamento da União para 2013 e tratar de vetos presidenciais, porque uma reunião de líderes partidários realizada antes terminou sem acordo. Segundo o presidente do Congresso, Renan Calheiros, partidos da oposição e da base do governo não concordaram em votar o Orçamento antes de decidir sobre mais de 3 mil vetos presidenciais. Com o cancelamento, nova sessão conjunta do Senado e da Câmara só deverá ser convocada após o Carnaval.

— O processo legislativo caminha pelo entendimento. Não havia consenso e dificilmente teríamos quórum. Eu fiz um apelo: vamos votar. Há uma expectativa muito grande, não dá mais para ficar fazendo investimentos por medida provisória. Infelizmente, não foi possível — disse Renan.



Presidente do Senado, Renan afirma que fez um apelo aos parlamentares para fazer a votação, mas não foi possível

O impasse para a votação do Orçamento vem desde o final de 2012, devido à indefinição criada a partir da liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux sobre a ordem de votação dos mais de 3 mil vetos pendentes no Congresso. O então presidente da Câmara, Marco Maia, afirmou que a decisão de Fux

impediria também a votação do Orçamento. Fux esclareceu que sua decisão relacionava-se apenas aos royalties.

— Imaginava-se que o entendimento já estava feito quando oposição e governo aprovaram o Orçamento na Comissão Mista — disse o líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Walter Pinheiro (PT-BA), primeiro parlamentar a deixar a reunião de líderes, disse que depois do Carnaval senadores e deputados discutirão qual encaminhamento tomar.

— Alguém tinha ilusão de que os defensores da votação do veto permitiriam que a sessão se instalasse e os vetos não fossem apreciados?

O Orçamento da União para 2013 deveria ter sido votado em dezembro, mas a decisão foi adiada em razão do impasse político relacionado à votação do veto parcial da presidente da República à Lei dos Royalties. O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar contra a votação do veto em regime de urgência. A medida levou o Congresso a considerar a votação em globo de mais de 3 mil vetos, o que gerou ainda mais polêmica. Indagado pelo então presidente do Senado, José Sarney, Fux disse que sua decisão era apenas relacionada aos royalties do petróleo.

Impossível. O correto é chamar uma sessão do Congresso.

Alvaro Dias (PSDB/PR) afirmou que a oposição não coloca obstáculos quando se trata de votar o Orçamento. A dificuldade, segundo ele, está nos quadros do governo.

— Não há razão para a oposição colocar obstáculos — garantiu o senador.

Líderes buscam solução para vetos pendentes de análise

Os líderes partidários precisarão chegar a um entendimento nos próximos dias sobre como colocar em votação os mais de 3.200 vetos a dispositivos de 205 projetos de lei enviados à sanção presidencial. Do total, 140 vetos referem-se ao PLS 448/11, que regulamenta a distribuição dos royalties do petróleo.

Ao final da reunião de líderes realizada ontem, na Presidência do Senado, o

líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO), defendeu não só a prioridade aos vetos em relação ao Orçamento da União, mas também a votação de todos eles em uma só sessão do Congresso.

— Poderíamos votar todos os vetos em bloco, com exceção de cinco ou seis que seriam definidos pelas lideranças e teriam votação individual — propôs Caiado.

PECs apresentam propostas distintas para problema

O veto presidencial não analisado no prazo legal deve trancar a pauta de votações, para ter exame prioritário no Congresso, ou deve ser automaticamente dado como aceito pelo Legislativo? Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam no Senado apresentam essas soluções distintas.

De um lado, a PEC 96/11, do senador Zeze Perrella (PDT-MG), estabelece que os vetos não analisados trancarão a pauta do Congresso, do Senado



Perrella: vetos trancam pauta

e da Câmara. De outro, a PEC 1/13, apresentada anteontem pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR), prevê que o não exame dentro do prazo previsto determinará a aceitação do veto pelo Congresso.



Souza: sem análise, veto é aceito

Em comum, as duas propostas sugerem a ampliação do prazo dado ao Congresso para análise de vetos presidenciais, que passaria dos atuais 30 dias, previstos na Constituição, para 90 dias.

Wellington critica decisão sobre ordem cronológica



A decisão do STF de que a votação dos vetos presidenciais precisa seguir a ordem cronológica foi criticada por Wellington Dias (PT-PI), autor da Lei dos Royalties.

— Não há norma na Constituição nem regra regimental tratando de ordem cronológica — afirmou o senador.

Souza: acabar com impasse é prioridade

Em discurso, Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu sua PEC que cria novo rito para a apreciação de vetos presidenciais:

— Solucionar o impasse em relação aos vetos é a prioridade número um neste ano. A PEC tem o objetivo de buscar uma solução mediadora.

Jucá lembra compromisso para votação



Jucá (PMDB-RR) pediu que os líderes partidários cumprissem o acordo firmado em 2012 para votar o Orçamento no primeiro dia possível. Ele observou que a peça orçamentária é urgente e fundamental até para a estabilidade econômica.

Raupp pede esforço pela agenda legislativa



Antes do cancelamento da sessão, Romero Raupp (PMDB/RO) destacou a necessidade de o Congresso trabalhar este ano em temas considerados fundamentais, como o veto à Lei dos Royalties e a finalização das discussões que envolvem reforma de códigos jurídicos, além das reformas tributária e política.

Suplicy: juro baixo reduz gasto com dívida pública



A trajetória descendente da taxa básica de juros é positiva para a economia, disse ontem Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele citou o editorial do jornal *Valor Econômico* de segunda-feira, segundo o qual os gastos com juros da dívida pública caíram em 2012, em virtude da redução da taxa Selic.

Rollemberg: ensino precisa melhorar para o país crescer



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse ontem que o Brasil chegou a uma encruzilhada no crescimento socioeconômico.

— Ampliação de emprego, crédito e renda não são suficientes. Para ele, a chave para aumentar a produtividade é a melhoria do desempenho educacional.

Para Requião, Brasil precisa urgentemente de projeto nacional para o desenvolvimento



Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o país precisa urgentemente de um projeto nacional. Ele criticou o que considera falta de um programa de governo.

— Não basta a doutrina, não basta um ideário — afirmou o senador.

Requião também criticou a mídia pela

repercussão da crítica da oposição à presidente Dilma Rousseff, que teria dividido a população entre “nós” e “eles”. Para ele, a divisão já tinha sido feita pela própria oposição.

O senador enfatizou que um plano de desenvolvimento para o Brasil deve estar ligado a um plano de desenvolvimento latino-americano.

— Nestes últimos dois anos como presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, estou convicto de que fora da unidade latino-americana não há salvação.

Segundo ele, o maior valor por tonelada nas exportações brasileiras foi para países do bloco andino.

Para Aloysio, resultado da Petrobras é “infeliz e constrangedor”



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a Petrobras apresentou um resultado fiscal “infeliz e absolutamente constrangedor”, que contrasta com as perspectivas otimistas da mensagem da presidente Dilma Rousseff, lida nesta semana na abertura dos trabalhos legislativos.

— Não é novidade que, desde que se iniciou a gestão petista, a Petrobras nunca cumpriu as metas de produção a que se propôs. A cada meta frustrada, deixa de realizar lucros e vai perdendo valor — criticou, ressaltando que o lucro da estatal em 2012 caiu 36% em relação a 2011.

Casildo sugere parceria com iniciativa privada para refino de petróleo



O anúncio de que a Petrobras obteve o pior lucro dos últimos oito anos levou Casildo Maldaner (PMDB-SC) a lamentar a situação. O baixo desempenho da estatal tem entre as causas o alto preço pago pela empresa para importação de derivados de petróleo, afirmou o senador. Ele defendeu uma parceria com a iniciativa privada para ampliar a capacidade de refino do país e reduzir as importações.

O parlamentar observou que o consumo de derivados está cada vez maior no Brasil, mas o país não tem condições de refinar o petróleo que produz a fim de atender a própria demanda.

Jucá pede instalação de zonas de processamento de exportação

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ontem apoio do governo para a implantação das zonas de processamento de exportação (ZPEs). Ele ressaltou que, apesar de criadas e regulamentadas pelo Congresso, as ZPEs não entraram em funcionamento. O senador reivindicou ampliação dos prazos para a implantação.

As ZPEs são áreas de livre comércio nas quais as indústrias destinam a maior parte da produção para o mercado externo, com benefícios como a isenção de tributos e a liberdade cambial. As principais finalidades são atrair investimentos estrangeiros, reduzir desequilíbrios regionais, promover a difusão tecnológica e criar empregos.

Bancada gaúcha quer mais segurança em eventos

Senadores do Rio Grande do Sul visitaram local da tragédia e sugerem uma comissão para criar regras mais rigorosas

OS SENADORES DO Rio Grande do Sul — Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB) — encaminharam requerimento conjunto para instalar comissão especial que elabore regulamentação mais rigorosa para os locais de eventos com grande aglomeração de pessoas.

Ana Amélia explicou que as normas devem ser simples e objetivas, a fim de facilitar a aplicação e a fiscalização do poder público e do usuário.

— Cabe ao Congresso propor, de forma objetiva, uma lei que garanta, de fato, a segurança do cidadão e a correta iden-



Simon, Paim e Ana Amélia com o prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer

tificação de responsabilidades em caso de não cumprimento das normas — observou.

A bancada gaúcha da Casa, afirmou a senadora, visitou o local dos velórios e do atendimento às famílias das vítimas da tragédia na boate Kiss, em Santa Maria (RS), onde 238 jovens morreram em incêndio e dezenas de vítimas permanecem internadas em estado

grave. Para Ana Amélia, ficou evidente o desrespeito às regras de prevenção, evacuação das pessoas, prestação de socorro e combate a incêndio.

Em apenas uma semana, foram interditadas mais de 400 casas noturnas em todo o Brasil, por motivos como falta do alvará de funcionamento ou o não cumprimento das regras de segurança.

Paim relata dor das famílias das vítimas

No Plenário, Paim se solidarizou ontem com os parentes dos mortos no incêndio da Kiss. Ele contou ter participado do velório coletivo e disse ter sentido a dor das famílias.

— Todo o Brasil está chocado. Essa tragédia deixa marcas profundas em centenas de

pais, mães, irmãos, filhos, primos, tios, avós, amigos. Enfim, no povo brasileiro — disse.

O senador lamentou que acidentes como esse tenham de ocorrer para que só então se tomem providências. Lembrou que, em todo o país, várias casas noturnas apresentam

condições de segurança semelhantes às da Kiss.

Ele informou que as famílias das pessoas que morreram no incêndio de Santa Maria têm intenção de lutar pela desapropriação da área da boate para que se construa um memorial em homenagem às vítimas.

Taques: obras da Copa em MT estão atrasadas

Pedro Taques (PDT-MT) conclamou a população de Mato Grosso a fiscalizar as obras para a Copa do Mundo de 2014. Segundo o senador, os Tribunais de Contas do estado e da União apontam



preocupações a respeito das obras, principalmente com relação ao atraso no cronograma.

— O que nós temos que fazer aqui é buscar consciência e mobilização. O cidadão do nosso estado tem que entender que a Copa é

importante. E ele entende isso, como nós todos aqui. Agora nós não podemos ser engabelados, enganados.

De acordo com o senador, a 494 dias do primeiro jogo da Copa em Cuiabá, quase 90% do que foi prometido ainda está no papel.

Segundo Davim, RN não tem planejamento para enfrentar seca

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que o Rio Grande do Norte precisa de mais planejamento para conseguir conviver com a seca.

— Não bastam a preocupação e a espera por recursos federais. Nosso estado está precisando de mais planejamento para a convivência com as secas. Até mesmo o abastecimento de água para consumo humano começa a apresentar colapsos em algumas cidades.

Em 2012, salientou Davim, o Nordeste sofreu uma das piores estiagens dos últimos 30 anos. Segundo ele, 95% do território do Rio Grande do Norte foi afetado.



Valadares: União destinará R\$ 150 mi para garantir água a SE

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o Ministério da Integração Nacional deve transferir R\$ 150 milhões para Sergipe a fim de amenizar os efeitos da seca.

O dinheiro deve ser aplicado na irrigação e no abastecimento de água para a população. O estado deve receber três máquinas capazes de perfurar poços.

De acordo com o senador, o compromisso foi firmado pelo ministro Fernando Bezerra, numa reunião em que os dois estavam acompanhados de três deputados federais de Sergipe e de prefeitos do estado.



Alvaro Dias cobra solução para conflito em terras no Paraná

O Brasil precisa de solução pacífica, disse ontem Alvaro Dias (PSDB-PR) para conflito de produtores rurais e indígenas no oeste do Paraná, região que concentra um dos maiores índices de produtividade agrícola no país.

O senador disse que o conflito já ocorre há algum tempo, embora a situação tenha se agravado, e que os indígenas estariam exigindo a desapropriação de 100 mil hectares, o que equivaleria a quase 10% do espaço cultivável da região.

As invasões intensificaram-se em Guaíra, Terra Roxa e Palotina, e os riscos disseminam-se, disse o senador.



Viana cita reforma política como prioridade de 2013

Ao defender uma agenda que vá ao encontro dos anseios do cidadão, Jorge Viana (PT-AC) apontou como desafios do Senado a reforma política, a reforma tributária e a aprovação do novo Código Penal.

Na opinião dele, o Congresso não recuperará o respeito sem uma reforma política que assegure regras claras e ponha fim à “judicialização” das eleições.

— Quem quer ganhar eleição, se não quiser ter muito sacrifício e se tiver dinheiro, contrata uma boa banca de advogados e é bem capaz de, com pouco voto, vencer a eleição e ocupar espaço nos parlamentos. O voto está em segundo plano.

Armando lembra 97 anos do ex-senador Jarbas Maranhão

Armando Monteiro (PTB-PE) lembrou os 97 anos do político pernambucano Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão.

Ele foi deputado federal, senador, presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco e um dos fundadores, no estado, do extinto Partido Social Democrático (PSD).

— Encerro esta homenagem à figura tão emblemática, expressando imensa admiração e fazendo minhas as palavras de meu pai, Armando Monteiro Filho. Dizia ele: “Trata-se de um dos melhores homens públicos do Brasil, pela honradez, generosidade e espírito público”.

Valdir Raupp elogia incentivo à formação de professores de inglês

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou ontem, em Plenário, o lançamento de edital pelo governo para o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

Segundo o senador, o programa, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), busca capacitar professores da rede pública e estreitar as relações entre os dois países, por meio de curso intensivo de seis semanas em uma universidade norte-americana.

— Efetivamente, trata-se de uma oportunidade única — disse o senador, que convidou os professores de inglês de Rondônia a se inscreverem.

